



Revista de Administração de Empresas

ISSN: 0034-7590

ISSN: 2178-938X

Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo

FREZATTI, FÁBIO

DÉJÀ-VU NA ACADEMIA: EU JÁ VI TANTAS VEZES ESSE FILME!

Revista de Administração de Empresas, vol. 58, núm. 2, 2018, Março-Abril, pp. 206-209

Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo

DOI: 10.1590/S0034-759020180209

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155155630009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

PERSPECTIVAS

Artigo convidado

Versão original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020180209>

DÉJÀ-VU NA ACADEMIA: EU JÁ VI TANTAS VEZES ESSE FILME!

VIU OU NÃO VIU?

Não tem coisas que aparecem na nossa vida e pensamos: outra vez? O tema plágio é um desses que parecem nunca serem resolvidos. E provavelmente totalmente eliminado não será.

A atividade acadêmica, independentemente da forma, se mobiliza em torno da busca por soluções para os problemas das áreas de atuação, que decorrem de conhecimentos novos, em alguma dimensão. O reconhecimento do mérito a um dado sujeito ou grupo de sujeitos pela descoberta, identificação ou criação, palavras adequadas de acordo com a ontologia, é a grande honra para um pesquisador. É o reconhecimento pelos pares, autoridades, organizações, enfim, pela sociedade, no sentido mais amplo que couber em uma dada área do conhecimento.

Em Sociais Aplicadas, com imensa gama de conhecimentos tratados, temos aspectos de peculiaridades, entre as quais a relativa menor tangibilidade. Não temos uma vacina, um *chip*, um adesivo, um remédio para fungo, um novo cometa (exagerei no conceito de tangibilidade) para apresentar. Gostaria muito de reconhecer os méritos do antepassado que dominou o fogo, pois ainda hoje somos muito beneficiados. É um exemplo de contribuição “seminal”, beneficiando inúmeras áreas. O anonimato impediu o reconhecimento nos moldes atuais, mas certamente esse brilhante pesquisador deve ter recebido um reconhecimento enorme e muito poder na comunidade.

Nas áreas contidas em Sociais Aplicadas, as contribuições afetam instituições, desde que as pessoas acolham as novas contribuições para soluções de problemas, proporcionando um caminho relativamente longo entre a inovação e o uso, quando esse caminho é trilhado. As rupturas são raras, e a preponderância da inovação é realmente incremental na essência e também na forma de comunicação. Nessa combinação, o ineditismo só é identificado e valorizado pelo especialista, o pesquisador atento e atualizado; os *publishers* de livros e artigos e os periódicos acadêmicos de instituições de ensino têm muito a ver com os problemas e, ainda mais, com as soluções para a valorização do reconhecimento.

O PLÁGIO NA GERAÇÃO DO CONHECIMENTO

FÁBIO FREZATTI

frezatti@usp.br

ORCID: 0000-0002-5927-022X

Universidade de São Paulo,
Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade,
São Paulo, SP, Brasil

Algumas atividades não agregam valor no ambiente acadêmico, e outras destroem valor. Trata-se de um conjunto de práticas inadequadas incorporadas ao processo de pesquisa e que socialmente entendemos fraudar todo o processo de geração e comunicação do conhecimento. Entre eles, o plágio é uma prática que sempre destrói valor, tanto em curto como em longo prazo, para os autores e macroambiente editorial dos autores, revisores, leitores e outros interessados. Destroi a lógica da meritocracia e a própria motivação do pesquisador ao não ser identificado, penalizado e comunicado. Alguém ganha e alguém perde, e o senso de justiça não se mantém.

Uma crescente sensibilidade tem sido desenvolvida, entre pesquisadores, funcionários de organismos governamentais, instituições de pesquisa e o público, de que a conduta ética é essencial para as pesquisas científicas e, com ela, a colaboração e a confiança entre os agentes podem proporcionar condições para o desenvolvimento dos projetos (Shamoo & Resnik, 2009).

A definição de plágio oferecida por Shamoo e Resnik (2009), seria: “plágio é a apropriação de ideias, processos, resultados ou palavras sem dar crédito apropriado” (p. 148, tradução nossa).

Acredito que o ambiente possa ser melhorado se a perspectiva do plágio for mais acolhida no seu sentido moral do que no sentido jurídico, embora não seja a tendência dos nossos pesquisadores.

Muito embora existam parâmetros qualitativos para identificar o plágio, entendo que a lógica qualitativa é muito forte. Em alguns casos, o percentual de textos iguais ou mesmo assemelhados ao que outrem já produziu proporciona facilidade na decisão de tratar ou não como plágio um dado caso. Vivenciei caso em que uma única sentença não relacionada nas citações tornou a contribuição do artigo inovadora quando ela não era e já havia sido comunicada por outro pesquisador. Em outras palavras, a questão qualitativa de algo relevante já comunicado por outrem é decisiva para a resposta ao problema colocado.

Sem querer esgotar as possibilidades e mesmo relacioná-las à forma de captura, temos várias práticas que podem ser ligadas ao plágio, no conceito colocado nesta reflexão: plágio de textos de revisão de literatura, plágio da análise, plágio da conclusão, plágio das referências quando são citadas pelo autor, mas não lidas por ele na fonte original, plágio de textos de línguas distintas, autoplágio, plágio de tabelas e figuras etc.

A questão do autoplágio requer análise cuidadosa, pois o argumento de que não prejudica outras pessoas é muito simplista (Shamoo & Resnik, 2009, p. 101). Prejudica, sim, pois proporciona reconhecimento de algo já comunicado, e o autor que desenvolve tais práticas se posiciona nos rankings e avaliações de modo mais favorável do que outros. No mundo do Creative Commons, isso não tem limite e não pode ser esquecido.

SÓ SE RESOLVE O PROBLEMA QUANDO SE ENTENDE O QUE CAUSA O PROBLEMA

Quais seriam as causas da prática do plágio? Podem existir várias, e algumas correlacionadas. Vou me apoiar numa abordagem relativamente heurística no sentido de razões observadas nas atividades rotineiras e não necessariamente decorrentes de pesquisas desenvolvidas a partir de tratamentos estatísticos

rigorosos. Dentro de várias possibilidades, quero destacar as seguintes razões, independentemente de circunstâncias:

Desinformação

Vamos começar pelo benefício da dúvida. Entre os vários mecanismos preventivos e elucidatórios sobre práticas inadequadas de pesquisa, incluindo o plágio, podemos citar: disciplinas que tratem questões éticas no processo de pesquisa, comitês de ética, Committee on Publication Ethics (COPE), farta literatura disponível em livros, artigos e sites. Ainda assim, é possível que a falta de conscientização sobre operacionalização do compromisso da citação ocorra (Tur-Viñes, Fonseca-Mora, & Gutiérrez-San-Miguel, 2012).

Forma de trabalhar em equipe

Não aguento mais a expressão: “A culpa foi do estagiário”. Um grupo de pesquisa deve ter um líder, alguém que tenha compromissos com a orientação, coordenação, checagem e cobrança. Fazem parte de qualquer atividade grupal, seja entre pares numa pesquisa entre doutores ou mesmo na orientação de um específico aluno de iniciação científica, mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Em síntese, alguém deve garantir que os procedimentos éticos tenham sido seguidos. É muito triste ver o uso da estratégia do estagiário disseminada.

Pressão para aparecer bonito na foto e gerar produção rapidamente

A pressão da carreira (Goodstein, 2010) e a lógica do produtivismo têm sido usadas para justificar inúmeros problemas (Martins & Lucena, 2014). Não que a pressão não afete as pessoas, mas considerar que essa é a grande razão para justificar uma fraude significa ignorar o caráter das pessoas. No famoso caso Enron, foi publicado um artigo defendendo que a causa da fraude foi a existência do orçamento na organização. Pode ser um bom tema para usar a Teoria da Atribuição. Entendo que é uma variante da “culpa do estagiário”. A diferença é que não existe um sujeito para contrapor.

Ambiente de impunidade que permeia o mundo, em dimensões variadas

Vivenciei uma situação de fraude em que o agente usou exatamente esse argumento: Se todos fazem e nada acontece, por que não fazer? Infelizmente, devemos pensar que, embora existam regras definidas e comunicadas, as pessoas podem

percebê-las como meros conselhos, e não algo a ser seriamente respeitado. O ambiente acadêmico não está fora do momento vivido por toda a sociedade.

Desonestidade, índole mesmo

Deixe por último porque acredito que a comunidade é generosa, inteligente e com propensão a ser honesta. Liderança e regras claras podem trazer o benefício do direcionamento e referência para o ambiente. Entretanto, devo admitir que existem aqueles que fogem a essa regra e utilizarão o plágio com ou sem facilidade ([Trzesniak & Plata-Caviedes, 2012, p. 72](#)). Em alguns casos, adotarão o plágio como estratégia e com alta eficiência técnica e “profissionalismo”.

E DAÍ? O QUE FAZER PARA REDUZIR O DÉJÀ-VU?

Uma lista de possíveis *drivers* para atuar contra a prática do plágio pode ser oferecida:

1. Entender que se trata de algo que só pode ser combatido por trabalho conjunto de vários agentes: focando pessoas em vários papéis (estudantes, docentes, autores, revisores, editores), instituições com relação direta com as pessoas (periódicos, *publishers*, entidades educacionais, entidades reguladoras e órgãos financiadores). Embora [Cavalcante \(2006\)](#) identifique a universidade como o grande polo para a questão ética, sob o foco das competências, cada agente tem o seu quinhão num ambiente que extrapola o nacional. Nos Estados Unidos, o Senado se envolveu nesse tema com uma comissão bem atuante no sentido de coordenar esforços.
2. No que se refere ao ambiente das instituições, ações que possam ser desenvolvidas para treinamento em vários momentos, com diferentes olhares e particularidades, nas disciplinas de graduação e pós, nos seminários de teses, nos congressos, nos ambientes dos periódicos etc. ([Cavalcante, 2006](#)). Queiramos ou não, a repetição é um tipo de ação que proporciona a institucionalização de um hábito, e até pelas mudanças que ocorrem nas tecnologias, inclusive de plágio, e deveria ser vista como algo recorrente e de curto, de médio e de longo prazos. Colocar informações num *site* pode ser um começo,
3. mas é muito pouco para trazer mudança na abordagem preventiva do tema.
4. Grupos de discussão/fóruns interinstitucionais para esclarecimentos mais específicos, discussões que permitam evitar aspectos corporativistas e grupais. A ideia é dispor de órgão consultivo assemelhado ao COPE, mas voltado para demandas e peculiaridades locais ([Cavalcante, 2006](#)).
5. Maior disponibilização de estrutura de mecanismos que possam identificar potenciais plágios dos periódicos acadêmicos: pessoal, *softwares* e mais tempo para revisores ([Araújo, Azevedo, Vieira, Araújo, & Nascimento, 2017, p. 57](#)). Os *softwares* existentes ajudam a identificação de potenciais plágios, mas não se sustentam sem a intervenção humana julgando os percentuais de coincidências ou avaliando uma redação claramente semelhante a outra não citada. Como consequência, dependemos muito do envolvimento e maturidade das pessoas ([Shamoo & Resnik, 2009, p. 118](#)) até que a inteligência artificial chegue nesse estágio...
6. Mostrar que “o crime não compensa”, evidenciando os casos existentes e o que os plagiadores perderam ao serem identificados. Entendo que essa sugestão é de grande facilidade como proposição, mas complexa e realmente difícil na sua operacionalização, demandando razoável apoio institucional para se desenvolver. De qualquer forma, tem que acontecer.
7. Maior apoio aos periódicos em termos de mecanismos proativos para evitar plágios. Não se trata apenas de ferramentas de TI, mas mais recursos humanos, seja por estrutura de apoio ou pelos revisores ([Pearson & Sharma, 2015](#)), investimento em capacitação e maior diálogo com a comunidade. Isso só é possível se as instituições mantenedoras dos periódicos assumirem essa bandeira. Embora considere complicado de operacionalizar, entendo que a visão funcionalista demanda algum incentivo, numa avaliação de programa de pós, por exemplo.
8. Atenção ao que acontece nas outras áreas de conhecimento, sejam as mais próximas ou mesmo as mais distantes, naquilo que possa ser percebido como similar e trazer aprendizagem relevante. Algumas delas apresentam ampla tradição no tratamento do problema, e a importância não está relacionada à oportunidade mimética apenas, mas à reflexão de

alguém que também está aprendendo a lidar com um tema tão complexo.

8. O movimento de internacionalização com vinda e envio de alunos e professores para outros centros de pesquisa proporciona uma oportunidade de realçar o tema e perceber peculiaridades e soluções. Não entendo que isso ocorra com relacionamento com qualquer centro, mas, no geral, algum benefício com a valorização do tema deve ser esperado.
9. Não tirar da pauta o tema, mesmo quando parecer que os casos de plágio se extinguiram. A doxa é possível de ser alterada com o passar do tempo, e a essência do problema deve ser revisitada e tratada.
10. Prática da ética no sentido amplo, de modo pessoal, por todos, nos vários contextos dos participantes da comunidade acadêmica, ou seja, em casa, no ambiente de pesquisa, de ensino etc. Foi colocado no final, mas é o primeiro a ser desafiado e desenvolvido. Sem ele, nada muda. Não adianta reclamar das ações de outros agentes e não fazer a sua/nossa parte. É a inversão da teoria da atribuição.

COMENTÁRIOS FINAIS: O FILME VAI SE REPETIR?

Vários filmes trataram de alguma forma o *déjà-vu* ou algo semelhante. Chega uma hora em que a vontade de mudar o final do filme se torna inexorável e contagiente, e algo se altera. Isso não acontece porque pedimos a Deus que faça alguma coisa, mas porque cada

um de nós, nos seus vários papéis, se mobilizou para a mudança. Acreditamos que é possível e fazemos a nossa parte, por menor que possa parecer, como um compromisso pessoal e coletivo. Até os filmes mostram que o final pode ser diferente. Vamos nessa?

REFERÊNCIAS

- Araújo, R. M., Azevedo, A. K. de, Vieira, L., Araújo, M. A. D. de, & Nascimento, T. C. (2017). Gestão de periódicos: Um estudo na área de administração, ciências contábeis e turismo. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 22(49), 42-58. doi:10.5007/1518-2924.2017v22n49p42
- Cavalcante, L. E. (2006). Políticas de formação para a competência informacional: O papel das universidades. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 2(2), 47-62.
- Goodstein, D. (2010). On fact and fraud. Princeton, EUA: Princeton University Press.
- Martins, O. S., & Lucena, W. G. L. (2014). Produtivismo acadêmico: As práticas dos docentes dos programas de pós-graduação em contabilidade. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 7(1), 66-96. doi:10.14392/ASAA.2014070103
- Pearson, A. W., & Sharma, P. (2015). Referencing in scholarly articles: What is just right? *Family Business Review*, 28(3), 188-192. doi:10.1177/0894486515599111
- Shamoo, A. E., & Resnik, D. B. (2009). *Responsible conduct of research: Public health* (2nd ed.). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Trzesniak, P., & Plata-Caviedes, T. (2012). Qualidade de conteúdo, o grande desafio para os editores científicos. *Revista Colombiana de Psicología*, 21(1), 57-78.
- Tur-Viñes, V., Fonseca-Mora, M.-C., & Gutiérrez-San-Miguel, B. (2012). Ética de la publicación científica: Iniciativas y recomendaciones. *El Profesional de La Información*, 21(5), 491-497. doi:10.3145/epi.2012.sep.07